

Análise e discussão sobre a temática do aborto em cursos médicos

Alice Berg¹, Tânia Regina Padovani²

1. Estudante de IC da Fac. de Medicina da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, *alice-berg@outlook.com
2. Pesquisadora do Depto. de Cirurgia, disciplina de obstetrícia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

Palavras Chave: *Aborto. Saúde pública. Ética médica.*

Introdução

O aborto clandestino associado à precárias condições é uma das principais causas de mortalidade materna no país, ainda que a prática seja admitida legalmente nos casos de estupro, anencefalia ou para salvaguardar a vida da gestante. São ao todo 250 mil internações/ano no Sistema Único de Saúde (SUS) consequentes de abortos inseguros com intercorrências, constituindo a quinta maior causa de morte materna no país.

Aos aspectos legais e à decisão da própria gestante, somam-se questões de cunho familiar, religioso e, ainda, o posicionamento do profissional médico que exerce o direito de executar ou não o procedimento do aborto. Contudo, muitos médicos não possuem informações e preparo suficientes para lidar de forma adequada com a situação, justificando, assim, a inserção do tema nos cursos médicos.

O presente trabalho objetivou realizar um levantamento de informações sobre o aborto, levando-se em conta aspectos jurídicos, econômicos, sociológicos e médicos, com foco na análise e discussão da temática em cursos médicos.

Resultados e Discussão

Por se tratar de algo evitável e passível de prevenção em aproximadamente 90% dos casos, a mortalidade materna é considerada atualmente como uma das mais graves violações aos direitos das mulheres. Apesar da legislação restritiva e criminalizante e das punições previstas no Código Penal, o número de abortos realizados ainda é expressivo, e os que são realizados em clínicas clandestinas resultam em altas taxas de morbidade e mortalidade materna, bem como geram altos custos ao Estado. Há uma visível falha nos serviços de saúde, com a consequente acentuação no problema da mortalidade materna, já que sua prevenção depende da existência de serviços médicos estruturados nos diversos níveis de assistência, que garantam o atendimento às mulheres, o acesso ao aborto seguro e ao seu tratamento em caso de complicações, ao planejamento familiar, a atenção pré-natal e a capacitação dos profissionais.

Além da falta de informação e de integração na rede de atendimento, a mulher que procura o aborto legal ainda esbarra em um complexo conceito médico: a objeção da consciência. Esses fatores justificam a necessidade de abordar o tema nos cursos de graduação de medicina, assim como de outros profissionais da área da saúde, de maneira absolutamente completa, incluindo aspectos

técnicos, emocionais, sociais e legais ligados à interrupção da gestação, para evitar situações que não são compatíveis com o espaço público, seja por ideais religiosos ou morais, ou pelo simples desconhecimento jurídico acerca do assunto, como a recusa na internação até a omissão de socorro.

Foi realizada pesquisa unicamente bibliográfica, por meio de método indutivo e de análise qualitativa dos dados colhidos.

Conclusões

Em razão do número expressivo de abortos realizados, é necessária a plena capacitação dos profissionais dos serviços de saúde para atender esses casos. Se o profissional, por convicções pessoais, decidir não realizar o atendimento, ele deve estar preparado para encaminhar a paciente a um serviço de saúde em condição adequada prevista pela lei, preservando sempre o respeito àquela mulher. Assim, a orientação do profissional médico deve acontecer o mais precocemente possível, para garantir que esta parcela da população seja assistida de forma adequada.

Agradecimentos

Agradeço à minha orientadora Tânia R. Padovani, que me deu suporte para concretizar o projeto. Agradeço à minha irmã Rebeca Berg, que me ajudou extensivamente. E também meus agradecimentos à Heloisa M. S. A. Berg, à Victor T. A. Prado e à Márcio Lorencini pelo apoio durante o desenvolvimento do trabalho.

Instituição de fomento: PIBIC-CEPE.

Referências:

1. BRASIL. Ministério da saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de apoio à gestão participativa e ao controle social. 20 anos de pesquisa sobre o aborto no Brasil. Textos Básicos de Saúde. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: <<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/livreto.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2014.
2. CREMESP. Dificuldades e controvérsias marcam a prática do aborto legal. *Jornal do Cremesp*, São Paulo, março de 2014. p. 15.
3. DINIZ, Maria Helena. **O estado atual do biodireito**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
4. MATTAR, Rosiane. Breve reflexão crítica sobre a inclusão da temática do aborto nos cursos médicos. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 64, n. 2, p. 44-45, abr./jun. 2012.
5. TORRES, José Henrique Torres. **Aborto e Legislação Comparada**. São Paulo, 2012.